



○○○○

BOLETIM INFORMATIVO

SISTEMA DE GESTÃO DE ÉTICA DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

Nº 93
ABRIL, 2026

ética em rede



Nesta edição do Boletim, apresentamos as principais atividades desenvolvidas no período, e destacamos iniciativas que refletem o compromisso permanente da Comissão de Ética Pública (CEP) com a orientação, a prevenção e o aprimoramento da governança ética.

MINUTO DA ÉTICA

Em alusão ao Dia Mundial de Conscientização do Autismo, trazemos no espaço Minuto da Ética, uma reflexão sobre respeito e inclusão. Reforçamos a importância de se atentar às singularidades no atendimento público e assegurar a igualdade de tratamento naquilo que é essencial, respeitando as diversidades e os direitos humanos.

DESTAQUES DO MÊS:

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA LANÇA O
PODCAST ÉTICA EM REDE

CEP PARTICIPA DE SEMINÁRIO
INTERNACIONAL EM ROMA SOBRE
JUSTIÇA GLOBAL E TECNOLOGIA

CERJ E SECERJ ASSINAM CARTA DE
COMPROMISSO COM
O PACTO NACIONAL BRASIL CONTRA O
FEMINICÍDIO

ÉTICA EM PAUTA A CONSELHEIRA
MARIA LÚCIA ABORDA TEMÁTICA
SOBRE UMA ÉTICA PÚBLICA, DIREITO
AO FUTURO E DIPLOMACIA DOS
MUNDOS



[CLIQUE PARA LER](#)

NOTÍCIAS



Corregedoria-Geral da AGU apresenta Relatório de Boas Práticas 2025 à Comissão de Ética Pública

Café com Ética: CEP reforça compromisso com ambiente de trabalho digno no serviço público



CEP participa de seminário internacional em Roma sobre justiça global e tecnologia

AGORA A CEP TEM UM
PODCAST



[CLIQUE PARA OUVIR](#)

COMBATE AO FEMINICÍDIO É DEVER DE TODOS POR TODAS!

CERJ E SECERJ ASSINAM CARTA DE COMPROMISSO COM
O PACTO NACIONAL BRASIL CONTRA O FEMINICÍDIO

*Por Secretaria-Executiva da Comissão de Ética do
Ministério da Saúde no Rio de Janeiro*

A Comissão de Ética do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (CERJ) e a Secretaria-Executiva da Comissão de Ética do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SECERJ) foram signatários da Carta de Compromisso com o Pacto Nacional Brasil Contra o Femicídio. A iniciativa foi promovida pelo Departamento de Gestão Hospitalar (DGH), no dia 25 de março de 2026, no auditório da Superintendência do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SMSA/RJ), localizado no Centro da cidade.

Entre os objetivos do Pacto, que tiveram seu compromisso reafirmado com o ato de assinatura, estão: fortalecer as redes de enfrentamento à violência contra meninas e mulheres em todo o território nacional, transformar a cultura institucional nos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e capacitar agentes públicos a partir da perspectiva de gênero. Os dois últimos objetivos citados, inclusive, fazem parte do trabalho que a CERJ e a SECERJ já vêm desenvolvendo, desde sua criação em 2021, nos hospitais federais e institutos vinculados ao Ministério da Saúde no Rio de Janeiro.



CRÉDITOS: ALEXANDRE BRUM/ASCOMDGH

O presidente da CERJ, Elielso de Sousa, sublinhou a importância do Pacto ter caráter interfederativo, demonstrando a força da ação, mas que precisa ganhar aderência em toda a sociedade: “Esse pacto deve ser assinado por todos os cidadãos e em todos os lugares, nas escolas, nas fábricas e em todas as instituições, pois para que uma política pública seja eficaz elas devem estar sustentadas por uma conduta ética exemplar em cada unidade, em cada setor de trabalho. A Comissão de Ética se compromete a ser vigilante para que o ambiente público seja um espaço de acolhimento e nunca de opressão”.

Nesse sentido também, Roberta Martins, Secretária-Executiva substituta da SECERJ, chamou atenção para que o compromisso não termine com a assinatura, mas que a iniciativa possa promover resultados práticos e reais na coletividade:



Em uma sociedade patriarcal, na qual nós, mulheres, estamos historicamente em luta por direitos civis, reconhecimento, visibilidade e pelo direito à vida, é fundamental que medidas concretas de enfrentamento estejam presentes em todos os espaços. Não se trata apenas de reagir, mas de prevenir, educar, acolher e transformar realidades. Que este seja um marco não apenas simbólico, mas efetivo e transformador no fortalecimento desse propósito comum”.

A cerimônia contou ainda com apresentação da peça teatral “Manual de Instrução para Mulheres Funcionais”, criada e produzida por funcionárias da Coordenação de Gestão de Pessoas do DGH (Cogep/DGH); palestra sobre acolhimento às vítimas de violência, ministrada pela assistente social Fernanda Araújo, do espaço “Sala Lilás” do Instituto Médico Legal; além da servidora Cida Campos, do GOGEP/DGH, que leu um texto de sua autoria; e da apresentação do vídeo produzido pela Assessoria de Comunicação Social do DGH, que mostrava mulheres rasgando frases abusivas que já ouviram.

Além da CERJ, SECERJ e DGH, as unidades do Ministério da Saúde que também assinaram o Pacto foram: Coordenação de Gestão Cultural do Ministério da Saúde, Coordenação-Geral de Gestão à Implantação de Sistemas de Informação em Saúde (CGSIS/DATASUS/RJ), Divisão de Apoio à Corregedoria (DICOR), Hospital Federal da Lagoa (HFL/IFF/Fiocruz), Hospital Federal de Ipanema (HFI), Hospital Universitário dos Servidores do Estado (HUSE/Unirio), Instituto Nacional de Câncer (INCA), Instituto Nacional de Cardiologia (INC), Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO), Serviço de Auditoria do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEAUD) e Superintendência do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SMSA/RJ).

A assinatura da Carta integrou as atividades em comemoração ao Mês da Mulher promovidas pelo Departamento de Gestão Hospitalar/RJ.



CRÉDITOS: ALEXANDRE BRUM/ASCOMDGH

ÉTICA E INCLUSÃO: ATENDER COM RESPEITO ÀS SINGULARIDADES

Por Márcia Freitas Vieira¹

Respeitar singularidades não é um favor; é um dever ético. A escuta qualificada, o olhar atento ao outro e a recusa a qualquer forma de discriminação são pilares de um serviço público verdadeiramente ético e inclusivo.

Você já parou para pensar no que significa, de fato, atender o outro com respeito? Não se trata apenas de um bom dia educado ou de seguir um protocolo. Trata-se de enxergar a pessoa à nossa frente – seja ela um cidadão que busca um serviço, um colega de trabalho ou um subordinado hierárquico – em sua integralidade, com suas vivências, limitações e potencialidades.

A ética pública nos convida a ir além da impessoalidade correta. Ela nos chama à escuta qualificada: aquela que não interrompe, não julga precipitadamente e não impõe soluções padronizadas. A gestão de pessoas, diuturnamente praticada por todo servidor público, demanda respeito à individualidade, ao ritmo, ao estilo, demanda ajustes às necessidades e limitações.

Quantas vezes, no atendimento ao público, rotulamos uma demanda como “difícil” apenas por que fugia ao script? Quantas vezes, na relação entre servidores, hierarquizamos a ponto de silenciar o outro? E nas Comissões de Ética, quantas singularidades podem passar despercebidas se não houver um olhar atento e sensibilizado às diferentes realidades – de gênero, raça, deficiência, neurodiversidade, crença ou condição sociofamiliar?

A probidade, a cortesia, a boa-fé e a eficiência só se realizam plenamente quando agregamos a inclusão como valor transversal. Isso significa adaptar a linguagem, oferecer tempo e espaço para que o outro se expresse, e evitar atitudes paternalistas ou discriminatórias – ainda que involuntárias.

Para as Comissões de Ética Setoriais, esse cuidado é ainda mais crucial. Suas atribuições exigem uma postura decorosa e imparcial, mas também sensibilidade para compreender o contexto de quem fala. Um servidor com deficiência auditiva pode não responder a um comando verbal imediato; uma pessoa em situação de rua pode ter dificuldade de se expressar formalmente; um colega autista pode interpretar instruções de forma literal. Acolher essas diferenças não é “dar tratamento privilegiado” – é assegurar a igualdade de tratamento naquilo que é essencial, respeitando o que é particular.

Para as altas autoridades, o chamado é ainda mais forte, é mandatório: a hierarquia não dispensa o respeito. Pelo contrário, exige ainda mais responsabilidade na forma de cobrar resultados, de ouvir contraposições e contestações e de reconhecer os próprios vieses. Um gestor que não respeita as singularidades de sua equipe gera medo, adoecimento e corrói não somente o clima organizacional, mas a confiança na instituição.

Neste mês, convidamos todas e todos à reflexão:

- Minhas atitudes, palavras e decisões demonstram escuta ativa e respeito às diferenças?
- Estou atento(a) a situações em que, mesmo sem intenção, padronizo expectativas e desconsidero singularidades?
- Como posso contribuir para que o ambiente de trabalho e o atendimento ao público sejam espaços empáticos de acolhimento e equidade?

A ética pública não se resume ao cumprimento de leis e códigos. Ela se vive na relação concreta com o outro, como nos desculpamos por um equívoco e como aprendemos com quem é diferente de nós. E a empatia – a capacidade de se colocar no lugar do outro, de compreender suas motivações, limitações e emoções – é ferramenta essencial para uma conduta verdadeiramente íntegra, ética e inclusiva. Sem empatia, a impessoalidade vira frieza; a hierarquia, autoritarismo; a norma, obstáculo.

Nos cabe reafirmar nosso compromisso permanente com a ética, a integridade e o respeito nas relações institucionais, reconhecendo que **empatia não é fragilidade e inclusão não é excesso de tolerância**, mas o reconhecimento “do outro” como legítimo na relação.

Que a escuta qualificada e o respeito às singularidades sejam nossa bússola. Assim, o serviço público se fortalece, e o Brasil avança com ética para todos.

¹ Atua na Coordenação de Análise de Processos Éticos da SECEP, é mãe atípica, instrutora de direitos humanos da Polícia Rodoviária Federal e encontra na escrita um espaço de reflexão e expressão.

O BOLETIM ESTÁ DE CARA NOVA

Para melhorar a experiência das(os) leitoras(es) e possibilitar maior interação entre a CEP, Comissões de Ética Setoriais, gestoras(es) e servidoras(es) públicas(os), reestruturamos o formato do Boletim Informativo.

A primeira mudança, como vocês já devem ter percebido, é o visual. A nova proposta chega com um design mais moderno e mais intuitivo, com o objetivo de facilitar o acesso às informações e proporcionar uma experiência de leitura mais acessível e agradável.

Outra novidade é a inclusão do quiz **Ética em Jogo**, que permitirá às leitoras e aos leitores testar seus conhecimentos e aprofundar a compreensão sobre as situações e desafios éticos inerentes à atuação no serviço público.

O espaço **Minuto da Ética** passa a se constituir como um ambiente de incentivo à escrita, ao compartilhamento de ideias e à reflexão sobre a ética pública. Toda a rede integrante do Sistema de Gestão da Ética é convidada a participar, podendo encaminhar textos para apreciação da Secretaria-Executiva da CEP, que, após seleção, serão publicados no Boletim Informativo.

Destaca-se que o espaço Minuto da Ética segue uma linha editorial previamente estabelecida. Nesse sentido, convidamos toda a rede do Sistema de Gestão da Ética a consultar as pautas orientadoras para a produção de conteúdo escrito, que encontra-se disponível nesta página e ao final deste Boletim.

Os textos poderão ser encaminhados para apreciação da SECEP por meio do endereço eletrônico **eticase@presidencia.gov.br**, contribuindo para o enriquecimento do debate e para a construção coletiva do Boletim Informativo.

*Quer colaborar com o boletim?
Confira as propostas de pautas e
escreva um texto para próxima
edição!*



CLIQUE AQUI

AGORA
É A HORA
DE TESTAR OS
SEUS

Conhecimentos

Ética em Jogo



**CLIQUE AQUI PARA
RESPONDER**

**Qual é a primeira etapa do
procedimento preliminar após o
recebimento de uma denúncia ou
representação?**

- A) Instauração do Processo de Apuração Ética (PAE)
- B) Produção de provas
- C) Juízo de admissibilidade
- D) Proposta de ACPP

LEMBRE-SE

O Boletim é um instrumento de todo o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal e, como tal, conta com a colaboração de vocês, integrantes dessa rede.

Ressaltamos que na página da CEP tem uma [área destinada a assuntos de interesse das comissões de ética setoriais](#) e que no mesmo local há um [espaço exclusivo à divulgação dos eventos promovidos por vocês](#).

Da mesma forma, no mesmo ambiente inserido dentro da página da CEP, armazenamos [todas as edições do Boletim Informativo](#). Tão logo é enviado às comissões de ética setoriais, o documento também é incluído na página. Assim, se houver qualquer problema na distribuição por e-mail, todos podem acessá-lo diretamente na página da CEP.

Por fim, o Minuto da Ética é encaminhado a todo o SisÉtica, mas o texto e o tema abordado podem ser sugeridos por vocês! Basta que as contribuições sejam enviadas ao e-mail eticase@presidencia.gov.br.

Sua participação é fundamental para que o Boletim apresente, cada vez mais, temas de interesse do Sistema.

SUA COMISSÃO TEM PROMOVIDO AÇÕES E/OU EVENTOS RELACIONADOS À ÉTICA?

Envie para o e-mail eticase@presidencia.gov.br ações, cursos, seminários, encontros, palestras ou oficinas de interesse da Rede de Ética Pública. Mostre as ações de sua Comissão e vamos juntos disseminar a cultura Ética no serviço público.

MANTENHA ATUALIZADO O CADASTRO DE SUA COMISSÃO DE ÉTICA SETORIAL!

Sempre que houver qualquer mudança na composição, telefone ou e-mail de contato, avise-nos, preenchendo o formulário disponível na página da CEP.

[Clique aqui para acessar](#)

Comissões de Ética Setoriais



CURSOS

Que tal transformar conflitos em oportunidades de diálogo e fortalecimento ético no serviço público?

O Curso de Práticas Conciliatórias – Edição 2026 prepara você para atuar com mediação, comunicação e soluções consensuais nas comissões de ética.



Próximas turmas

- 04 e 05/05/2026
- 18 e 19/05/2026

**CLIQUE PARA
SE INSCREVER**

Quer aprimorar sua atuação nas comissões de ética e ganhar mais segurança na gestão e apuração de condutas?

Os cursos de Gestão e Apuração da Ética – Básico e Avançado oferecem formação progressiva e aplicada, com conteúdos atualizados e abordagem prática, conduzidos por especialistas da ENAP.

Próximas turmas BÁSICO

- 05 a 08/05/2026
- 30/06 a 03/07/2026

AVANÇADO

- 15/06 a 19/06/2026

**CLIQUE PARA
SE INSCREVER**





EXPEDIENTE

**Boletim Informativo do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal
produzido pela Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública**

Edição 92 – março de 2026

Secretaria-Executiva (Gabinete)

Leonardo Câmara Pereira Ribeiro (Secretário-Executivo)

Gislene Pires da Silva

Juliana de Figueiredo Gonçalves Fonseca

Lorena Crishana Dias da Silva Pedreira

Walkyria Lagaci Alcântara (estagiária)

Coordenadora-Geral de Análise de Processo Ético

Lilian Patrícia Casagrande

Coordenador-Geral do Sistema de Gestão da Ética

Fabio Boeres Juvencio

Coordenador-Geral de Análise de Conflito de Interesses

Pedro Henrique Nascimento Zanon

Textos e Diagramação

Walkyria Lagaci Alcântara

Supervisão: Lorena Pedreira

Revisão Final

Gabinete da Secretaria-Executiva da CEP

Minuto da Ética

Márcia Freitas Vieira

Distribuição

Coordenação-Geral do Sistema de Gestão da Ética